



**Poder Legislativo**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**  
**DEPUTADO BELARMINO LINS**

**PARECER**

**Matéria: Projeto de Lei Ordinária n° 162/2021**

**VEDA a cobrança de valores decorrentes da lavratura do termo de ocorrência de irregularidade (TOI) na mesma conta, fatura ou boleto bancário, no qual se remunere o serviço, no âmbito do Estado do Amazonas.**

**Autoria: DEPUTADO FELIPE SOUZA**

**Relator: DEPUTADO BELARMINO LINS**

**I - RELATÓRIO**

No dia 13 de abril de 2021, apresentado pelo Deputado Felipe Souza, o Projeto de Lei n. 162/2021, que veda a cobrança de valores decorrentes da lavratura do termo de ocorrência de irregularidade (TOI) na mesma conta, fatura ou boleto bancário, no qual se remunere o serviço.

O presente projeto foi incluído em reuniões ordinárias, tendo permanecido em pauta, não tendo recebido quaisquer emendas.

Ato contínuo, vieram-me os autos para emissão de parecer, nos termos do art. 26, inciso II, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

É o breve relatório. Passo a opinar.





## **Poder Legislativo**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO  
DEPUTADO BELARMINO LINS

### **II - FUNDAMENTAÇÃO**

Com base no que dispõem o Art. 33, caput, da Constituição Estadual e Art. 87, inciso I do Regimento Interno, o eminente Governador Wilson Lima submete para apreciação desta Casa Legislativa a presente propositura justificando a iniciativa, que em breve síntese, tem o objetivo de vedar a cobrança de valores decorrentes da lavratura do termo de ocorrência de irregularidade (TOI) na mesma conta, fatura ou boleto bancário, no qual se remunere o serviço.

Inobstante o louvável intuito e o alcance social que a norma estadual poderia trazer à população amazonense, após detida análise dos autos, vislumbra-se que esta proposição encontra obstáculos para seu devido prosseguimento, senão vejamos:

Os princípios fundamentais da livre iniciativa e da livre concorrência, insculpidos no inciso IV do art. 1-s e no art. 170, caput, inciso IV e parágrafo único da Constituição da República, evidenciam o modelo capitalista de produção que vigora no atual Estado Democrático de Direito, assegurando o livre exercício da atividade econômica, independente de autorização de órgãos públicos.

Nessa linha de raciocínio, é oportuno ressaltar que a livre iniciativa se trata de uma garantia constitucional vinculada à liberdade, direito fundamental de primeira dimensão que, por sua vez, obriga o Estado a adotar uma posição de inércia em relação aos cidadãos, capazes de se autogerir, de acordo com suas próprias vontades e convicções.

Assim, o Estado deverá intervir na economia, excepcionalmente, para atuar unicamente como agente normativo e regulador da atividade econômica, exercendo as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, a fim de manter a ordem econômica e social, consoante disposto no Art. 174 da Constituição da República.

Isto posto, salienta-se, todavia, que não há que se falar em princípio constitucional absoluto. Por este motivo, a análise de proposições, em sede de controle de constitucionalidade, deve, mormente nos casos em que se reconheçam princípios ou





## Poder Legislativo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO  
DEPUTADO BELARMINO LINS

normas constitucionais conflitantes, pautar-se na ponderação de valores e no princípio da proporcionalidade.

Isso porque a proposta em análise invade o exercício da atividade empresarial, influenciando no modo de operação desses estabelecimentos comerciais e alterando sua dinâmica comercial, o que viola princípios resguardados pela nossa Constituição Federal, além de configurar interferência indevida do Poder Público nos negócios privados. Cuida-se, portanto, de proposição eivada de inconstitucionalidade material, vez que o Legislativo Estadual interfere diretamente na iniciativa privada, desrespeitando o Art. 170 da Carta Magna.

### III - VOTO

Diante do exposto, considerando que há óbice constitucional com a legislação que deve ser observada por esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, **MANIFESTO VOTO CONTRÁRIO** à admissibilidade do Projeto de Lei n. 162/2021.

**S.R. DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO** da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus, 16 de agosto de 2021.

Deputado BELARMINO LINS  
Relator





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

## ASSINATURAS DIGITAIS

**BELARMINO LINS DE ALBUQUERQUE - DEPUTADO(A) - EM 20/08/2021 12:47:52**

